

Sidónio Pais



### O sidonismo: a República Nova com um Presidente-Rei

1918

*Sidónio Pais, Presidente da República, pela vontade do Destino, o direito da Força, direitos maiores que o sufrágio de empréstimo que o elegeu*  
(Fernando Pessoa)

*Teve metade de príncipe e metade de condottieri. Foi a força de um momento que o levou ao alto. Apenas passou como um relâmpago e não deixa vestígios, porque tal força se não é fictícia, desapareceu ao primeiro sopra... teve a existência que têm sempre os homens que procuram conciliar forças adversas. Duram um momento. Desaparecem num momento*  
(Raúl Brandão)

*O grotesco acaba por ser hilariante e acaba por ser incómodo, e o sr. Sidónio Pais, com o seu exibicionismo de rei a fingir, já incomoda como uma rabeça desafinada*  
(Brito Camacho)

• **Fim da Guerra** – A Grande Guerra, com 8 milhões de mortos em combate, 7 milhões de incapacitados e 5 milhões de baixas entre a população civil, chega ao seu termo no dia 11 de Novembro. Acabam os impérios ditos centrais, dos Habsburgos e dos Hohenzollern, a casa Romanov, bem como o Império otomano... À custa dos vencidos, surgem novos Estados e um novo direito internacional que procura balbuciar os princípios da auto-determinação. Continuam, entretanto, a existir na Europa cerca de trinta milhões de pessoas em regime dito de *minoría nacional*. Vejamos alguns desses novos Estados. A República da Checoslováquia (*Ceskoslovensko*), reunindo a Boémia, a Morávia e a Eslováquia, proclamada em 28 de Outubro de 1918, com sete milhões de checos, dois milhões de eslovacos, três milhões de alemães dos Sudetas, 700 000 húngaros e 450 000 rutenos. O Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, instituído em 23 de Novembro de 1918, em Zagreb, que, em 1929, se designará por Jugoslávia, com 14 milhões de habitantes, dos quais 15% são minorias não eslavas, como albaneses, húngaros, alemães e romenos; neste conjunto, são os sérvios que dominam os restantes povos da nova unidade política. A República da Polónia, com 27 milhões de habitantes, integra várias minorias como a alemã, a ucraniana, a bielo-russa e a lituana. A Hungria (*Magyar*), antigo membro da monarquia dual do Danúbio, instituída em 1867, perde a Transilvânia para a Roménia, a Croácia, o Banato, a Eslovénia e Fiúme — para a Jugoslávia —, bem como a Eslováquia, os Cárpatos e a Ruténia — para a Checoslováquia —, isto é, 72% do território e 64% da população. A República da Finlândia (*Suomen Tasavalta*), até então, mero *grão-ducado* em união pessoal com o Império Russo, depois de estar integrada na Suécia entre 1323 e 1809. A República da Estónia (*Eesti Vabariik*), parcela do Império russo desde 1721. A República da Letónia (*Latvijas Republika*), herdeira de uma entidade que havia integrado a União Polaco-Lituana no século XVI, ocupada pelos suecos no século XVII e que é sendo absorvida pela Rússia, ao longo do século XVIII (a Livónia em 1710, Latgale, em 1772 e a

Curlândia, em 1795). A República da Lituânia (*Lietuvos Respublika*), antigo grão-ducado, que havia sido conquistado pelos cavaleiros teutónicos, que, a partir de 1569, viveu em regime de união pessoal com a Polónia, e que, com a partilha de 1795, se integrou no Império Russo. Finalmente, a Islândia (*Lyoveldio*) é transformada em Estado independente em 1918, embora em regime de união pessoal com a Dinamarca, só se transformou em república em 1944.

● **Governo nº 68 de Sidónio Pais** (11 de Dezembro de 1917, 376 dias). A maioria do governo é de civis. Os membros constantes do gabinete são os antigos centristas José Alfredo Mendes Magalhães (1870-1957), médico no Porto e governador de Moçambique em 1911-1913, e João Tamagnini de Sousa Barbosa (1883-1948), ex-camachista.

● Numa primeira fase, aparecem três unionistas: Alberto de Moura Pinto (1883-1960), na justiça, António dos Santos Viegas, António Aresta Branco, bem como António Maria de Azevedo Machado Santos, José Feliciano da Costa Júnior e Francisco Xavier Esteves.



● Em 7 Março os ministros unionistas abandonam o governo, mas um grupo significativo de unionistas sai também do partido em sinal de apoio a Sidónio que

toma posse da presidência na Câmara Municipal de Lisboa, em 13 de Maio. Entre os novos ministros: Forbes Bessa, cadete da Escola de Guerra e estudante do Instituto Superior Técnico, Martinho Nobre de Melo (1891-1985), o primeiro dos ministros da República que se disse não republicano, Manuel José Pinto Osório, José Carlos da Maia (1878-1921) e Eduardo Fernandes de Oliveira (1882-1943), dirigente da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

● Em 15 de Maio, os ministros passam a secretários de Estado e as novidades são os nomes de Alberto Osório de Castro, Amílcar de Castro Abreu Mota, Joaquim do Espírito Santo Lima, Joaquim Mendes do Amaral (1889-1961) Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá.

● Machado Santos sai do governo em 9 de Junho.

● Tamagnini perde as prerrogativas de principal figura do governo em 8 de Outubro,

sendo reforçada a ala de Egas Moniz. Nesta data, nova alteração profunda, com a entrada de António Bernardino de Sousa Ferreira, Jorge Couceiro da Costa, Álvaro César de Mendonça, João de Canto e Castro Silva Antunes, António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, José Alberto Pereira de Azevedo Neves (n. 1877) e José João Pinto da Cruz Azevedo (1888-1964) nos abastecimentos (amigo pessoal de Sidónio).

● **Uma manta de retalhos** – Porque *os partidos se haviam esfacelado em 1917*, eis que Sidónio pode *recolher as maravilhas de todos eles, e fazer a manta de retalhos com que se cobriu*. O novo governo é apenas a *República de 1910 livre dos democráticos* (Rui Ramos).

● **Um meteoro brilhante**. *O sidonismo foi uma segunda reacção contra a permanente demagogia democrática que nos levava para a guerra... e Sidónio foi como um meteoro brilhante que atravessasse de repente o céu carregado da vida pública portuguesa e cujo rasto luminoso ao cabo de um ano se apagou* (Luís Cabral de Moncada).

● **Revoltas e turbulências** – Revolta dos marinheiros no quartel de Alcântara no dia 8 de Janeiro. Sidónio, na parada da vitória, terá humilhado os marinheiros, quando os fez desfilar desarmados. No dia 9, o rebelde *Vasco da Gama* circula no Tejo e o presidente do ministério assume directamente a defesa da situação comandando a artilharia do Castelo de S. Jorge que atinge o navio e o faz render.

● **Dissolução dos centros políticos**. No mesmo dia determina-se que os governos civis dissolvam todos os centros políticos que *na actual conjuntura tenham exorbitado dos seus fins legais, concorrendo para a perturbação da ordem* (9 de Janeiro). Dissolução dos corpos administrativos (10 de Janeiro). Greve da Companhia de Gás e Electricidade (21 de Fevereiro).

● **Tentativa de golpe no Porto** (4 de Maio). Sidónio desloca-se à cidade nos dia 17 e 18, libertando pessoalmente os presos políticos

que tinham sofrido maus tratos. Não recebe o apoio dos partidários da *república velha*, com críticas do *Mundo* e de *A Luta*, mas também não tem aplausos de monárquicos, com críticas de *O Dia*.

● **Sindicalistas contra o sidonismo** – *Nada de razoável podem nem devem esperar as classes trabalhadoras de mais esta nova (?) situação política que o operariado acolheu com benévola expectativa* (Conselho central da União Operária Nacional)

● **Relações com a Igreja** – No plano da política doméstica, o dezembrismo tenta resolver o conflito entre o Estado e a Igreja Católica. Aliás, a primeira medida tomada pelo novo regime é a anulação dos castigos impostos aos bispos, em 9 de Dezembro de 1917. Segue-se o reatamento das relações com a Santa Sé (27 de Junho de 1918).

● **Revisão da Lei da Separação** – Discurso de Brito Camacho em Braga, acusando a Lei da Separação de não ser uma lei *para a defesa do Estado*, mas antes *para agravo da Igreja* (10 de Fevereiro). Decreto de 22 de Fevereiro do ministro da justiça, o unionista Moura Pinto, com um relatório que terá sido redigido por Brito Camacho, até porque algumas das intenções aí referidas acabam por não constar do articulado. Eis algumas das mudanças do novo modelo: supressão do beneplácito; devolução dos seminários confiscados desde 1911; possibilidade de as cerimónias de culto passarem a realizar-se a qualquer hora sem prévia autorização; as associações culturais podem dedicar-se a outras actividades, para além das de assistência e beneficência. Segue-se o decreto de 9 de Julho restabelece a embaixada portuguesa junto da Santa Sé, que havia sido extinta em 10 de Julho de 1913 (9 de Julho).

● **A Guerra** – Durante o sidonismo ocorrem alguns dos picos dramáticos da nossa participação bélica, desde a derrota na batalha de La Lys ao torpedeamento da *Augusto Castilho* (14 de Outubro), um pouco antes de ser assinado o armistício (11 de Novembro).

● Infelizmente, os dolorosos investimentos humanos da nossa participação na Flandres são prejudicados pela imagem *germanófila* com que os adversários marcam o grupo de Sidónio, o que prejudica a nossa participação na conferência de paz.

● Saliente-se que, depois de, em 21 de Março, os alemães iniciarem uma ofensiva, os ingleses recuam cerca de 60 km, mandando o CEP para a frente. Assim, na batalha de La Lys, de 9 de Abril, morrem 7 098 praças e 327 oficiais, cerca de 35% dos nossos efectivos na Flandres.

● A partir de então, há sucessivas recusas de participação na frente e os nossos soldados, assim humilhados, servem de mão de obra para abertura de trincheiras, ao serviço dos britânicos. Tamagnini pede aos britânicos que substituam as posições de toda a 1ª divisão portuguesa, face à insubordinação de várias brigadas desta, que se recusam a ir para a frente.

● Submarino alemão torpedeia a *Augusto Castilho* comandada por Carvalho Araújo (14 de Outubro).

● A assinatura do Armistício que põe fim à Grande Guerra dá-se em 11 de Novembro. Entre os portugueses, dos 56 493 homens que partiram para a Flandres, há 2 091 mortos, 12 508 feridos e incapazes e 6 678 prisioneiros. Em Moçambique 4 723 mortos, 5 467 desaparecidos e 1 248 feridos. Em Angola, 810 mortos.

● **O ensino** – António de Oliveira Salazar é nomeado professor ordinário da Faculdade de Direito de Coimbra, com dispensa de prestação de provas (19 de Abril). Depois, por concessão graciosa do Conselho Escolar, obtém o grau de *doutor em Direito*, sem ter feito o concurso de doutoramento. Invoca-se a Lei nº 616, de 19 de Junho de 1916, que confere o grau de doutor, por via decretina, aos professores ordinários e extraordinários com três anos de serviço (10 de Maio). São também abrangidos Paulo Merêa e Carneiro Pacheco, mas Salazar passa à frente de dois professores mais antigos, como Fezas Vital e Magalhães Colaço (1893-1931), que só recebem a decretinice de doutor em 20 de Julho seguinte (10 de Maio).

● Pelo Decreto nº 4 554, o grau de *bacharel formado* é substituído pelo de *licenciado*. Restauram-se as insígnias doutorais. Pode conceder-se o grau de *doutor* aos professores ordinários e extraordinários que o não possuam, bem como a *individualidades eminentes, dignas dessa distinção* (6 de Julho).

● Conselho da Faculdade de Direito de Lisboa vota a concessão do grau de doutor a

Martinho Nobre de Melo, o último de uma série de professores que não tinham sido sujeitos a prévias provas de doutoramento (13 de Julho).

●Decreto sobre as bases para a organização e funcionamento das Faculdades de Direito restaura a obrigatoriedade de doutoramento para o exercício do cargo de professor. Com a reforma de 1911 tinha-se aberto a possibilidade de acesso ao corpo docente de simples bacharéis em direito que poderiam, depois, passar a professores extraordinários e a professores ordinários sem prévia prestação de provas de doutoramento (14 de Julho).

●**O governo é republicano!** *Diga-se o que se disser, agrade a quem agradar, o governo é republicano para acabar com os ódios que dividem a família portuguesa* (Sidónio Pais)

●**Leis eleitorais** Por decretos de 11 e 30 de Março, marcado pelo estilo do ministro Martinho Nobre de Melo, o sidonismo institui o regime do sufrágio universal, alargando o direito de voto a analfabetos e a oficiais, sargentos e equiparados das forças armadas. O colégio eleitoral passa de 471 557 recenseados para cerca de 900 000 e nas eleições de 28 de Abril chega a atingir-se o nível dos 513 958 votantes.

●Segundo o decreto de 11 de Março, os não alfabetos passam a eleitores, definidos da seguinte maneira: *todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos e residam em território nacional há mais de seis meses.*

●A Câmara dos Deputados sidonista é composta por 155 deputados eleitos por círculos, predominando o sistema da lista incompleta, dado que cerca de um terço dos mandatos é para a representação das minorias.

●Há 77 senadores, dos quais 28 provinham de agremiações sócio-profissionais. 49 destinam-se ao eleitorado comum e 9 ficam reservados para as minorias.

●**As ilusões reformistas** – Começa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, uma série de conferências da *Liga de Acção Nacional* (15 de Janeiro). António Sérgio abre a iniciativa com *O Ensino como Factor de Ressurgimento Nacional*.

●**A questão presidencialista:** Sidónio visita o Norte a partir de 12 de Janeiro de 1918, até ao dia 17. No Porto, nos dias 12 e 13. Em

Braga, a 14. Em Guimarães e Viana do Castelo, 15. Sidónio diz fazer estas sucessivas visitas ao país para *tactear a opinião pública*, porque *não se pode governar sem o apoio da opinião e não há força alguma militar que a domine*. E muitos vão dando vivas à *república nova*.

●Em 14 de Janeiro reconhece o apoio dos monárquicos que são *peçoas honestas*. Egas Moniz, ao inaugurar a sede do Partido Centrista, propõe um regime presidencialista (6 de Fevereiro).

●Sidónio, em Évora, falando na vida partidária, critica *a rotina dos partidos* e diz que *um maior haveria de formar-se* (15 de Fevereiro).

●Face a leituras equívocas, o mesmo Sidónio é obrigado a emitir nota oficiosa, no dia 19, onde declara que não falou *num partido único*, mas antes *n' um partido constituído por todos, de homens de bem para servir a pátria*. E que é preciso *implantar um regime novo em que monárquicos e republicanos possam viver*.



●**República ou monarquia?** *Isto ... já não é República porque lhe falta Afonso Costa. Ainda não é monarquia porque lhe falta o rei* (Alfredo Pimenta<sup>27</sup>)

●**O Partido Nacional Republicano** é instituído em 30 de Março, agregando os centristas de Egas Moniz e os reformistas de Machado Santos. Passará a Partido Nacional Republicano Presidencialista, depois da morte de Sidónio e acabará por integrar-se no futuro Partido Nacionalista, ao lado dos almeidistas e dos camachistas.

●**Unionistas** – Em 8 de Abril de 1918, os unionistas, reunidos em congresso decidem não participar nas eleições e passam para a oposição ao sidonismo.

●**Novidades** – A Cruzada Nuno Álvares Pereira é fundado em 18 de Julho de 1918.

●Surge nos jornais um manifesto de uma *Junta de Salvação Pública* em 17 de Março que pede a suspensão dos jornais da oposição, a prisão dos boateiros e chama ao partido democrático uma *associação de malfeteiros*.

●Já à esquerda, constitui-se em Lisboa uma União da Mocidade Republicana, no Porto,

um Bloco Académico Republicano, e em Coimbra, um Grémio Académico Republicano.

●**Sidonistas** – Ocorre um conflito no seio do dezembrismo, com Egas Moniz a opor-se ao presidencialismo, defendido por Tamagnini Barbosa, já depois de Machado Santos abandonar o governo. Em 7 de Setembro de 1918 José Carlos da Maia sai também, sucedendo-lhe Canto e Castro. Egas Moniz, apoiado pelo *Jornal da Tarde*, então dirigido por João Henriques Pinheiro, opõe-se a que se consagre na Constituição a dissolução parlamentar pelo Presidente da República. Considera que, no presidencialismo é tão inadmissível essa dissolução quanto a não dissolução em parlamentarismo. Tamagnini Barbosa, por seu lado, assume um extremado anti-parlamentarismo defendendo a dissolução, numa ideia também partilhada por Sidónio Pais.

PNR 108	Mon. 37
---------	---------

	155 dep.	
Ind. 5		CCP 5

●**Eleição** parlamentar nº 48 e primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal e directo, segundo os decretos de 11 e 30 de Março de 1918, no dia 28 de Abril. A primeira eleição presidencial portuguesa por sufrágio directo e universal, bem como eleição de 155 deputados e de 49 dos 77 senadores. Os democráticos, evolucionistas e unionistas apelam à abstenção. Nas presidenciais, é eleito Sidónio Pais, o único candidato (513 958 votantes em cerca de 900 000 eleitores, cerca de 69%). Nas legislativas triunfa o Partido Nacional Republicano, com 108 deputados (70%). Há também 40 deputados monárquicos (24%), 5 independentes e outros tantos católicos, bem como um deputado socialista. Os governamentais obtêm maiorias em todos os círculos, à excepção do de Arganil, onde triunfam os monárquicos.

#### ☞ Da esquerda

##### Unionistas

- Organizam o golpe dezembrista e têm três ministros no gabinete de Sidónio até Abril de 1918 (Moura Pinto, Santos Viegas e Aresta Branco). Depois, apelam à abstenção.
- Brito Camacho defende que, primeiro, se realize a eleição do parlamento e só depois, a do presidente.
- Em 19 de Dezembro, Canto e Castro convida Nunes da Ponte, *republicano e católico*, antigo ministro de Pimenta de Castro, a formar governo, mas este desiste. Unionistas aproximam-se então do novo presidente e aprovam uma moção nesse sentido.

##### Evolucionistas

- Apelam à abstenção.
- Vários dirigentes do partido, com destaque para António Granjo, participam nas movimentações militares anti-sidonistas.

##### Democráticos

#### ☛ Para a direita

##### Centristas

- Apoiam activamente o dezembrismo, tendo como ministros Alfredo Magalhães e Tamagnini Barbosa
- Partido Reformista**
  - Liderado por Machado Santos, com José Carlos da Maia. Integram o Partido Nacional Republicano
- Partido Nacional Republicano**
  - O partido sidonista, os chamados dezembristas, junta os centristas de Egas Moniz e Tamagnini Barbosa, com os reformistas de Machado Santos e J. Carlos da Maia.
  - Passará a Partido Nacional Republicano Presidencialista, depois da morte de Sidónio e acabará por integrar-se no futuro Partido Nacionalista.
  - Instituído em 30 de Março de 1918. A lista sidonista é organizada em reuniões que decorrem no governo civil de Lisboa, sob a presidência de Xavier Esteves, participando, entre outros, Egas Moniz, Vasconcelos e Sá e Amâncio Alpoim.
  - Há sucessivas tensões entre Egas Moniz e os presidencialistas, comandados por Tamagnini

- Apelam à abstenção. Afonso Costa é preso no Porto logo em 8 de Dezembro de 1917, apenas sendo libertado em 30 de Março de 1918, partindo para o exílio em França a 25 de Abril.

- Teixeira Gomes é demitido de ministro de Portugal em Londres (25 de Janeiro). O mesmo acontecerá a João Chagas. Norton de Matos exila-se também em Paris, declarando então a João Chagas: *os homens que se deixaram vencer no 5 de Dezembro não têm o direito de voltar à vida política* (1 de Fevereiro).

- Em 8 de Agosto proclamam que a república está em perigo com os *homens de Dezembro tutelados e amparados pelos monárquicos*.

- Em 13 de Outubro são presos vários vultos do Partido Democrático, entre os quais o visconde da Ribeira Brava, Sá Cardoso, Almeida Ribeiro bem como vários empregados no jornal *O Mundo*.

- No dia 16 de Outubro, em Lisboa, a *leva da morte*, com uma coluna de 153 presos políticos a ser assaltada, na esquina da Rua Vitor Cordon, com a rua do Ferragial. 7 mortos, entre eles, Ribeira Brava.

- Depois de uma tentativa de assassinato de Sidónio em 6 de Dezembro, nova vaga de prisões, sendo assaltada e destruída a sede do Grande Oriente. Sidónio, antigo maçom, indigna-se.

- A tentativa de assassinato cabe um jovem, filho de um antigo vereador municipal do PRP de Lisboa, merceiro, ligado à loja maçónica *Pro Patria*.

#### **Socialistas**

- Elegem um deputado, o africano Dr. João de Castro.

#### **União Operária Nacional**

- Sidónio Pais mantém contactos com a organização através de Aurélio Quintanilha, seu antigo aluno em Coimbra, até Março, mas logo começa a ruptura com o movimento sindicalista. Machado Santos chega mesmo a ameaçar com a suspensão do direito à greve.

- Conselho Central da UON logo declara: *nada de razoável podem nem*

Barbosa. Egas Moniz é apoiado pelo *Jornal da Tarde*, então dirigido por João Henriques Pinheiro. Opõe-se a que surja na Constituição a possibilidade de dissolução parlamentar pelo Presidente da República, considerando que, no presidencialismo, é tão inadmissível essa dissolução quanto a não dissolução em parlamentarismo. Tamagnini Barbosa, por seu lado, assume um extremado anti-parlamentarismo defendendo a dissolução, numa ideia também partilhada por Sidónio Pais

#### **Centro Católico Português**

Instituído o novo partido em 8 de Agosto de 1917. Elege 5 deputados.

#### **Cruzada Nuno Álvares**

- Fundada em 18 de Julho de 1918 pelo tenente João Afonso de Miranda, unindo republicanos, monárquicos e católicos, de António José de Almeida a Salazar e tendo a formal presidência de Anselmo Braamcamp Freire. Renasce em 1921, criticando o liberalismo e aproxima-se do fascismo. Em Janeiro de 1926 passa a ser presidida por Filomeno da Câmara, tendo a adesão de Martinho Nobre de Melo visando constituir *um movimento nacional com o fim de pôr termo à luta estéril entre os partidos para se organizar tecnicamente a governação pública*.

#### **Monárquicos**

- Elegem 40 deputados. Segundo Luís de Magalhães, *os monarchicos dão aos sidonistas a carne da maioria e ficaram, para si, com o osso da minoria*.

- Em 14 de Janeiro de 1918, António Sardinha, no jornal *Monarquia*, escreve sobre Sidónio Pais: *deixemo-lo, com toda a lealdade, efectuar a sua experiência de unir os interesses da Pátria com os da República. Generosa e bem intencionada ilusão... Sidónio Pais está fazendo no País, uma demonstração interessante de Integralismo*.

- Influenciam o ministro da justiça, Martinho Nobre de Melo que toma posse em 8 de Março. Tinha sido apresentado por Teófilo Duarte a Sidónio Pais, estando, então, ligado aos integralistas, dado ser amigo de Hipólito Raposo, conterrâneo de Teófilo Duarte.

- António Sardinha, no jornal *Monarquia*, de 5 de Julho, considera que *o presidencialismo é um absurdo por lhe faltar continuidade. Napoleão, apesar de genial, também caiu*.

- Proclamação dos *núcleos de oficiais*, assinada pelo general Jaime Leitão de Castro, o primeiro manifesto das juntas militares pró-monárquicas (6 de Novembro).

*devem esperar as classes trabalhadoras de mais esta nova (?) situação política que o operariado acolheu com benévola expectativa.*

- Em 18 de Dezembro, juntas militares monárquicas, com Silva Ramos, Carvalho da Silva, Sollari Alegro, Cunha Prelada e Aires Abreu, lançam ultimato ao presidente, para este constituir *um ministério de força*. Paiva Couceiro restaura a monarquia no Porto (19 de Janeiro). Imediatamente se forma governo com o visconde de Banho, o conde de Azevedo e o capitão Sollari Alegro, numa acção condenada pelo próprio D. Manuel II.

- No dia 22 de Janeiro à noite, tropas pró-monárquicas começam a deslocar-se para Monsanto, sob o comando de Ayres de Ornelas.

- As tropas republicanas pró-governamentais são comandadas pelo tenente-coronel Vieira da Rocha. Os monárquicos, onde também combate João de Azevedo Coutinho e um conjunto de civis comandados pelo ex-capitão Júlio da Costa Pinto, resistem até às 17 horas do dia 24.

- Inauguração solene do **novo parlamento** (22 de Julho) que logo vê os respectivos trabalhos interrompidos de 6 de Agosto a 4 de Novembro. Tanto Machado Santos como Cunha Leal<sup>2</sup>, nas suas primeiras intervenções (dia 23), perguntam quem é o *presidente do ministério*, defendendo a existência deste cargo, expressamente previsto na Constituição de 1911. A maioria elige Egas Moniz para seu líder parlamentar.



- **Crise das subsistências.** *O Século* de 24 de Agosto refere a crise das subsistências como uma *anarquia mansa*, criticando o regime vigente de controlo, onde há regulamentações avulsas de governadores civis e administradores de concelhos, com preços a variarem de terra para terra, dado o aparecimento de novos negociantes e transportadores clandestinos de géneros alimentícios. Estabelecido o regime do racionamento em 31 de Agosto, com rações individuais fixadas a nível de freguesia pelo regedor e pelos professores oficiais. O regime das senhas de consumo inicia-se em Lisboa logo em 16 de Setembro e no dia 23 do mesmo mês, no resto do país.

- **Revoltas.** Tentativa de golpe em Lamego, descoberta em 28 de Setembro por Sollari Alegro. Revoltas abortadas em Lisboa, Porto,

Coimbra (coronel Alexandre Mourão e Infantaria 35) e Évora (Estêvão Pimentel e Cavalaria 5) em 12 de Outubro. Há 95 prisões. Decretado o estado de sítio no dia 13 e, no dia seguinte, é assaltado o jornal *O Mundo*. No Porto, sofre de tal sorte o Clube Democrático dos Fenianos e a sede de *A Montanha*. Comité revolucionário assume o comando da cidade de Évora em 15 de Outubro, sendo morto o comandante militar, o coronel Pereira da Silva. No dia 16, em Lisboa, a *leva da morte*, com uma coluna de 153 presos políticos a ser assaltada, na esquina da Rua Vítor Cordon, com a rua do Ferragial. 7 mortos, entre eles, Ribeira Brava. Tinham sido presos vários vultos do Partido Democrático, como o visconde da Ribeira Brava, Sá Cardoso, Almeida Ribeiro, bem como vários empregados no jornal *O Mundo*. António Granjo é um dos participantes nas revoltas. Proclamação dos *núcleos de oficiais*, assinada pelo general Jaime Leitão de Castro, o primeiro manifesto das juntas militares pró-monárquicas (6 de Novembro). Tentativa fracassada de greve geral em 18 de Novembro. Governo manda ocupar militarmente as estações de caminho-de-ferro. Greves camponesas na zona de Évora, com os cabecilhas a serem deportados para África. Há repercussões no Algarve e em Setúbal. Em Lisboa, apenas se manifestam os operários gráficos e parte da indústria de móveis. Prisões de vários sindicalistas. Actos

de sabotagem na greve dos ferroviários do Sul e Sueste em 19 de Novembro.

●**Delegação portuguesa à Conferência de Paz** parte para Paris (5 de Dezembro). É presidida por Egas Moniz e conta com Freire de Andrade, Espírito Santo Lucas e Santos Viegas. O ministro de Portugal em Paris é então Bettencourt Rodrigues. Colaboram com a delegação Álvaro Vilela, Batalha Reis e o conde de Penha Garcia.

●31 785 mortos pela **pneumónica** em Outubro. 18 123, em Novembro.

●**Tentativa de assassinato** de Sidónio por ocasião da condecoração aos sobreviventes do *Augusto Castilho*, em 6 de Dezembro. Vaga de prisões. Assaltada e destruída a sede do Grande Oriente Lusitano. Sidónio, antigo maçom, indigna-se. A tentativa cabe a um jovem de 19 anos, Luís Maria Baptista, filho de um antigo vereador municipal do PRP de Lisboa, merceeiro, ligado à loja maçónica *Pro Pátria*. Sidónio mistura-se com a multidão durante um festival infantil que decorre no Jardim Zoológico, no dia 8. Está prevista a detenção de Sidónio, mas é avisado a tempo.

●**Magnicídio no Rossio** – Sidónio Pais, *Presidente da República, pela vontade do Destino, o direito da Força, direitos maiores que o sufrágio de empréstimo que o elegeu*, é assassinado às 23 horas e 55 minutos do dia 14 de Dezembro, por José Júlio da Costa, na estação do Rossio. Tem, como últimas palavras: *sei que morro! Salvem a Pátria*. Como depois vai cantar Fernando Pessoa: *A vida fê-lo herói, e a Morte/O sagrou Rei!... Flor alta do paul da grei,/Antemanhã da Redenção,/Nele uma hora encarnou el-rei/Dom Sebastião*.

●**Retorno à República Velha** – Retorno ao modelo da eleição presidencial da Constituição de 1911, revogando-se o decreto de 30 de Março. (15 de Dezembro). Estão lançadas as bases daquilo que Damião Peres vai qualificar como *A Nova República Velha*, marcada pela *ditadura do PRP*, segundo a expressão de Francisco da Cunha Leal. Enterra-se assim o sonho de uma República que, optando pela personalização do poder, ficou dependente de um acaso planificado, confirmando-se o dito, segundo o qual os *cemitérios estão cheios de pessoas insubstituíveis*.

●**Canto e Castro** O governo investe-se na totalidade do poder executivo. Decretado luto geral de 30 dias. Opta-se pelo regresso pleno à Constituição de 1911 (16 de Dezembro).

Regressa-se à designação de ministérios, enquanto no parlamento sidonista, Canto e Castro é eleito Presidente da República<sup>2</sup>, com a abstenção dos deputados monárquicos. Deputado



Botelho Moniz pede a restauração da pena de morte (16 de Dezembro). Para Cunha Leal, *estava terminada esta primeira fase de agonia do sidonismo, sem que, na realidade, o tivessem feito sair do estado de coma, em que o deixara prostrado a morte do seu progenitor*.

●**A procura de uma nova acalmção** – Canto e Castro convida Nunes da Ponte, *republicano e católico*, antigo ministro de Pimenta de Castro, para formar governo, mas este desiste (19 de Dezembro). Unionistas aproximam-se do presidente e aprovam uma moção nesse sentido. Funerais de Sidónio nos Jerónimos. Há incidentes, com tiros, na Rua Augusta (21 de Dezembro).

●**Governo nº 69 de Tamagnini Barbosa** (35 dias, desde 23 de Dezembro). O presidente do ministério acumula o interior e mantém-se alguns dos anteriores titulares: nos estrangeiros, Egas Moniz, ausente em Paris na Conferência de Paz, é logo substituído, interinamente, por Azevedo Neves; no comércio, José Alberto Pereira de Azevedo Neves; na instrução, Alfredo Magalhães; no trabalho (Forbes Bessa); na agricultura (Fernandes de Oliveira); e nos abastecimentos (Capitão José da Cruz Azevedo), adepto do republicanismo. Como salienta Jesus Pabón, *este governo, que a todos quis agradar, não agradará a ninguém*.

●Tamagnini<sup>2</sup> será grão-mestre da maçonaria do rito escocês em 1933, organização a que pertence desde 1911. Sucessivamente, evolucionista, camachista, centrista,





sidonista, liberal e nacionalista. Revela o trajecto típico do republicano não alinhado com o afonsismo e o situacionismo da I República. Sucede a Sidónio, depois deste ser assassinado, mas não consegue, como líder dessa transição, assegurar a permanência institucional dos sidonistas depois de 1919. Nasce em Macau, onde é educado pelos jesuítas. Oficial do exército. Candidato a presidente da república, derrotado em 1911, quando se apresenta como esquerdista contra o PRP. Circula entre os apoiantes de Brito Camacho. Membro do Partido Centrista Republicano que em 1917 se destacou dos evolucionistas (companheiro de Egas Moniz e Malva do Vale). Um dos conspiradores do dezembrismo, por banda dos camachistas. Abandona os unionistas quando estes saem do governo de Sidónio.

● **Juntas Militares** – Em finais de Novembro



de 1918, surgem Juntas Militares, disponíveis para a constituição de um governo militar, no caso de Sidónio sofrer algum atentado. No Norte são dirigidas pelo

coronel Artur Silva Ramos e no Sul pelo coronel João de Almeida<sup>27</sup>. Depois da morte de Sidónio, já no dia 18 a Junta Militar do Porto faz uma proclamação onde pede um *ministério de força*. Têm o apoio do então ministro da guerra, Álvaro Mendonça. No próprio dia em que Tamagnini Barbosa constitui governo, 23 de Dezembro, João de Almeida tenta um pronunciamento militar monárquico, levando vários regimentos para Monsanto. Não alinham as unidades de infantaria comandadas pelo tenente-coronel Pimenta de Castro nem as de engenharia. No dia 26, os revoltosos ocupam o parque Eduardo VII e delegados dos mesmos avistam-se com Canto e Castro e Tamagnini Barbosa. O general Garcia Rosado, pela persuasão, consegue que os revoltosos se retirem. Como assinala Cunha Leal, *a congregação sidonista do republicanismo moderado com o religiosismo católico veio a soçobrar, já depois da sua morte, por força do irredentismo monarquizante*. E o sidonismo que poderia assumir-se como uma

espécie de terceira bandeira, vai perder-se na bipolarização entre *talassas e formigas*.

● Mortos pela **pneumónica** em Dezembro: 22116.

Camacho, Brito (*Ferroadas*, 1932): 266; Chagas, João (*Diário III*): 10, 11; Caetano, Marcello (*A Depreciação...*): 291, 294; (1961): 57, 61; Cruz, Guilherme Braga (1975): 527, 530, 531, 644, 646, 647; Cruz, Manuel Braga da: 171, 256, 271, 274; Gouveia, Rosa: 33; Leal, F. Cunha (1966) II: 63 ss., 81, 82, 83, 85, 88, 90, 92, 111, 113, 116, 121, 127, 129, 135, 139; Lima, Sebastião de Magalhães (I): 241; Lourenço, J. M.: 137, 204, 207; Marques, A. H. Oliveira (1991): 265, 469, 477, 499; (*As Estruturas...*): 519; Martins, Francisco da Rocha – *Memórias...*: 192; (1929): 497 ss.; Medina, João (1994); Moncada, Luís Cabral de (1992): 118; Peres, Damião (1954): 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 187, 203, 204, 205, 206; Pessoa, Fernando (1978): 239; Ramos, Rui: 216, 527, 616, 617, 619; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 196 ss.; Vieira, Alexandre (1970): 121 ss., 136, 183.